

RACISMO E ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS CONTRADITÓRIOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE TERESINA, PIAUÍ¹

Maria Helena Ferreira da Costa¹;

¹Mestra pelo Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (UESPI),
mhfdacosta@aluno.uespi.br

Introdução

Quando entrei como servidora pública municipal na SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) de Teresina, no ano 2000, não havia representação de crianças negras em nenhum material que era exposto nas escolas. Questionei tal invisibilidade, mesmo não usando o termo, mas me incomodou o apagamento dessas infâncias a cada conteúdo trabalhado pelas professoras. Ao longo de pelo menos cinco anos, tentei implantar a inserção dessas imagens nos cartazes e demais suportes, haja vista que se tratava de uma escola que possuía turmas de educação infantil.

Conclui o Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura-UESPI), em 2025, cuja dissertação trazia por título *Por uma Educação Antirracista no Currículo das Escolas de Educação Infantil de Teresina*. O problema norteador foi averiguar a existência de uma educação antirracista efetivamente consolidada nas páginas das Diretrizes Curriculares Municipais de Teresina (2008). Mediante tal questionamento, busquei autores que trouxessem referenciais para a fundamentação teórica a partir de conceitos como Currículo (Silva, 2015, Macedo, 2013, Sacristán, 2015); Educação e as Relações étnico-raciais (Carine, 2023, Cardoso, 2021, Gomes, 2010, 2012, 2023) e possíveis Pedagogias Pretas (Petit, 2015, Gomes, 2008), que pudessem trazer orientações didático-metodológicas para guiar as práticas das professoras no sentido de tornar efetivo um ensino multicultural que também contemplasse história e cultura africana e afro-brasileira ao longo de todo o ano letivo.

Elenquei como objetivo geral analisar se existe educação antirracista nas instituições de educação infantil do sistema municipal de ensino de Teresina, através do ensino de conteúdos que atendam às diretrizes da Lei 10.639/2003. Então, como objetivos específicos, pontuei: verificar a legislação pertinente à inserção no currículo de conteúdos que tratam da educação antirracista através do ensino da cultura afro-brasileira e indígena, no âmbito das instituições de educação infantil do sistema municipal de ensino de Teresina; identificar referências às Lei 10.639/2003, nos documentos curriculares de orientação didático-pedagógico elaborados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina (SEMEC); e conhecer as práticas pedagógicas que abordem a educação antirracista através do ensino dos conteúdos de acordo com a Lei 10.639/2003, nas instituições de educação infantil do sistema municipal de ensino de Teresina.

Metodologia

A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa, na qual o levantamento documental se configurou como uma etapa necessária, visto que o direcionamento de uma educação antirracista perpassa pelo currículo e suas demais orientações em matrizes curriculares, planos

anuais e sequências didáticas. E, posteriormente, ao seguir para a etapa de levantamento de dados, escolhi uma escola de educação infantil, onde toda a equipe pedagógica concordou em participar. A equipe era constituída por professoras, diretora e dois coordenadores pedagógicos, sendo um deles externo ao colégio, que foi acrescentado para ampliar o repertório de participação dos tomadores de decisão frente a uma escola (diretora e coordenadores pedagógicos).

Apliquei uma entrevista semiestruturada e, para melhor organizar a análise, das respostas dadas às 14 (catorze) perguntas elaboradas, 12 (doze) delas foram agrupadas em categorias que as aproximassem por seu foco de interesse. Assim organizei quatro categorias para unir as perguntas: a) Conceitos; b) Relações Sociais e Étnico-raciais; c) Práticas Pedagógicas e d) Referenciais Teóricos e Formação Continuada. Tal categorização ajudou não só na organização, mas também na análise e atendeu a algumas especificidades existentes no próprio título da pesquisa, uma vez que envolveu a compreensão dos conceitos de educação infantil e relações étnico-raciais, o uso do currículo, pesquisas sobre a temática e formação continuada, e as práticas pedagógicas que envolvam o tema nas ações educativas no CMEI, além de questionar esses educadores sobre a formação continuada em serviço oferecida pela SEMEC. Das 14 perguntas elaboradas, uma não acrescentou mais validade às contribuições, e a outra teve um tangenciamento nas respostas, não contribuindo com a temática, portanto, optou-se por não as incluir na análise.

Resultados e discussão

Constatei, a priori, a imensa dificuldade em identificar tanto na parte de fundamentação teórica quanto no desenrolar dos quadros descritivos das diretrizes municipais de Teresina, onde estavam listados e descritos conteúdos e habilidades, em cada semestre escolar, desde as turmas de maternal I (alunos de 2 anos), até as turmas de 2º período (alunos de 5 anos), textos, citações ou quaisquer outros escritos que tornassem perceptível uma intencionalidade em desenvolver uma educação infantil antirracista dentro da escola. Durante a análise sobre essa diretriz, não identifiquei sequer uma única menção à etnia negra, exceto uma citação bem no início desse documento fazendo uma referência à Lei nº 10.639/2003, sob o nome de Diversidade Étnico-Racial (SEMEC, 2008, p. 14).

Tal omissão ou silenciamento traz gravíssimo esvaziamento dessa temática, o que foi constatado ao longo da leitura do documento e no atravessamento do mesmo pelos escritos de autores e autoras que são categóricos ao afirmar a necessidade urgente em elaborar currículos e demais materiais de orientação pedagógica que tragam as questões sociais, raciais e de inclusão das chamadas minorias para dentro dos conteúdos, habilidades e atitudes a serem estipuladas como necessárias para se ter realmente como meta uma sociedade mais justa e equânime.

O questionário, então, revelou que os educadores sabiam da existência do currículo, mas a maioria não fazia dele referência sistemática para seus planejamentos, o que indica uma perda significativa diante da necessidade de apreender tudo que o documento oferece ou não às suas práticas pedagógicas, o que dificulta que se questione se ele possui ou não uma proposta educativa voltada para suprir esse abismo que existe dentro da sociedade sobre direitos, cidadania e superar a própria reversão do acobertamento da história e cultura de origem africana em documentos oficiais até que chegue nas carteiras escolares.

Apesar das dificuldades percebidas entre as falas das entrevistas, percebi iniciativas individualizadas, como uma perspectiva demarcatória entre as ações praticadas por algumas professoras, principalmente se essa professora sofreu discriminação, preconceito ou racismo em sua infância. É como se essa experiência, que foi silenciada e guardada para si, fosse o desencadear de atitudes nitidamente antirracistas como suporte para sua postura e prática educadora dentro do CMEI.

Percebi também que os educadores são conscientes dessa lacuna epistemológica, que ainda falta muito para sair dessa didática estanque, de só trabalhar temáticas envolvendo africanidades no mês de maio ou novembro, que esses educadores sabem ou, pelo menos identificam, que o racismo também existe na educação infantil, e as crianças demonstram logo cedo sinais de aprendizagens distorcidas, mas – e aqui destaca-se a falta sistemática de formação para preencher essa lacuna teórico-metodológica – de modo que esses mesmos educadores se apropriem das pedagogias pretas, que insiram nas matrizes anuais também as contribuições dos outros povos constituintes do povo brasileiro, como os negros e os indígenas. Necessário não esquecer que essa reformulação, envolvendo autoestima e autovalorização através da ancestralidade africana, precisa ocorrer também a partir da base social da qual vêm essas crianças, suas famílias, sua comunidade, assim como suas professoras.

Conclusões

A hipótese inicial que se conjecturou a existência de uma educação infantil antirracista, sendo retroalimentada por um currículo municipal que lhe desse subsídios sobre tal temática ainda vai demandar tempo, não se configurou e, assim, vai precisar de uma reestruturação profunda de seu próprio texto e, mais do que isso, que a equipe docente se aproprie desta temática, praticando-a em todos os momentos, brechas e possibilidades que a matriz curricular permita ao longo de todo o ano escolar.

As dificuldades para se chegar a esses resultados foram sendo percebidas quando se identificou em algumas falas a afirmação de que a origem do comportamento preconceituoso vinha de casa, sendo que em nenhum momento houve quem ventilasse a possibilidade de a escola também ser um território eivado de vivências e experiências pessoais que também foram ensinadas a se calar diante de atitudes discriminatórias ou mesmo racistas, e por desdobramento esses mesmos adultos consideram que não existe racismo em CMEI's, como consta na fala de alguns educadores.

A intenção aqui é que a temática desenvolvida nesta pesquisa que transversaliza a educação infantil em seus aspectos documentais, no caso o currículo que a oriente, assim como conceitos mais sensíveis, envolvendo as relações étnico-raciais como discriminação, preconceito e racismo em CMEI's, a nível municipal, no caso na capital do Piauí, seja uma temática relevante e provocadora, para que outros estudos venham a colaborar com essa lacuna de material escrito para o universo acadêmico local e, quiçá, regional.

Palavras-Chave: Educação infantil, currículo, relações étnico-raciais, racismo, antirracismo.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Cintia. *Branquitude na Educação Infantil*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.
GOMES, Ana Beatriz Sousa. O movimento negro e a educação escolar: estratégias de luta

contra o racismo. In: *Educação e Afro-Descendência no Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 15-32.

GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 136 p.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais na educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, Jan. /Abr. 2012.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. 154 p.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 150 p.

PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afro ancestral e tradição oral*. Contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PINHEIRO, Bárbara Carine S. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed., 9. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TERESINA. *Diretrizes Curriculares do Município de Teresina*. SEMEC: Halley, 2008.